
ÁLVARO GARCÍA LINERA E O SOCIALISMO COMUNITÁRIO: ANÁLISE DE UM PENSADOR LATINO-AMERICANO FUNDAMENTAL

ÁLVARO GARCÍA LINERA AND COMUNITARIAN SOCIALISM: ANALYSIS OF A FUNDAMENTAL LATIN AMERICAN INTELECTUAL

DOI: 10.5380/cg.v14i3.96331

Allysson Lemos Gama da Silva¹

Resumo

Este artigo discute a obra do polêmico e influente intelectual boliviano Álvaro García Linera. Linera foi, durante seus mandatos como vice-presidente da Bolívia, um fomentador e articulador dos debates sobre o chamado ciclo progressista da América Latina e, particularmente, da Bolívia. Portanto, sua influência no debate da esquerda latino-americana e até mesmo de outras partes do mundo, é muito grande. Discuto, assim, as diferentes fases de seu pensamento – da experiência no México à participação no EGTK, prisão e grupo Comuna; e as reflexões na Vice-Presidência –, assim como suas posições sobre temas políticos e sociais como o desenvolvimento, o Bem-Viver e o Socialismo Comunitário. A investigação se deu levando em conta texto e contexto, de modo a considerar os interlocutores e o tempo histórico do pesquisado. De modo a localizá-lo nos processos históricos e políticos bolivianos.

Palavras-chave: Álvaro García-Linera; Socialismo Comunitário; Desenvolvimentismo.

Abstract

This article examines the work of the influential and controversial Bolivian intellectual Álvaro García Linera. Linera played a key role in promoting and articulating debates on the so-called progressive cycle of Latin America during his terms as vice-president of Bolivia. So, his influence on Latin American left, and beyond, is huge. Therefore, I discuss different phases of his thought, as well his positions on social and political theme such as development, *Vivir Bien*, and Communitarian Socialism. The research considered both text and context, seeking to situate the author's ideas within their historical and political framework. Two principal phases of García Linera's thought are identified and described in this study.

Keywords: Álvaro García Linera; Communitarian Socialism; Developmentalism.

* Artigo recebido em 31 de julho de 2024, revisado em 18 de junho de 2025, aprovado em 26 de agosto de 2025.

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: allysson.lemos@yahoo.com.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0113-3334>.

1. INTRODUÇÃO

Álvaro García Linera foi vice-presidente da Bolívia em todos os mandatos de Evo Morales, que duraram de 2006 até 2019. Neste posto, transformou a vice-presidência em um espaço de elaboração teórica sobre o chamado *proceso de cambio* – ou “processo de mudança”, forma como ficou conhecido o período dos governos de Evo Morales e do MAS-IPSP (GAMA DA SILVA, 2023). Portanto, a síntese de maior destaque sobre esse processo é a dele, a partir de diversas publicações da Vice-Presidência e dele próprio a respeito de temas como o socialismo comunitário, o Bem-Viver e outros, levando-o a ser reconhecido como um dos principais intelectuais latino-americanos do ciclo progressista. Porém, antes disso, Linera foi guerrilheiro no chamado *Ejército Guerrillero Tupak Katari* (EGTK), quando foi preso, e depois membro de um grupo de intelectuais chamado Comuna, que, mesmo diverso ideologicamente, se uniu com a intenção de produzir uma interpretação político-teórica antineoliberal na Bolívia.

Entendo que o pensamento de Linera possa ser dividido entre duas grandes fases, ainda que elas não sejam disruptivas entre si: na primeira, prevalecia a defesa dos laços comunitários quéchua e aymara, em conjunto com uma profunda discussão dos textos do fim das vidas de Marx e Engels; e na segunda prevalece a reflexão sobre a construção do Estado Plurinacional e os imperativos do desenvolvimento e da construção da hegemonia política.

Enquanto é criticado por alguns como o baluarte do desenvolvimentismo e da “política anti-indígena” na Bolívia², noto que há em sua construção teórica algo de mais sofisticado, de forma que a pecha de um nacionalista anti-imperialista, aos moldes cepalinos, não lhe cabe. Esta análise fiz mais profundamente em minha tese de doutorado intitulada *Intelectuais, partidos de esquerda e seus labirintos: os casos do PT/Brasil e MAS-IPSP/Bolívia (da redemocratização ao pós-neoliberalismo)* (2023). Nela avaliei as contribuições de diversos intelectuais à produção das ideias de esquerda no Brasil e na Bolívia nesse período.

2. A PRIMEIRA FASE: O GRUPO COMUNA

O grupo Comuna se tratava de uma reunião de intelectuais com o objetivo de produzir um pensamento antineoliberal. Publicaram livros e artigos com esta orientação, ainda que as referências de cada um fossem plurais. Além disto, as formulações dos autores eram submetidas aos debates em assembleias populares, sobretudo a partir das articulações políticas de Raquel Gutiérrez com a *Coordinadora del Agua* (GONÇALVES, 2015).

² Esta crítica aparece, sobretudo, nas posições de Luís Tapia Meala, antigo companheiro no grupo Comuna (Tapia, 2014), mas também Silvia Rivera Cusicanqui o acusa de reconhecer a diversidade boliviana somente para fins formalistas, e faz uso instrumental do “étnico” (RUIZ, ERASSO, 2019).

No caso de Linera, destaca-se sua trajetória no EGTK, e antes disso nos estudos universitários no México, onde teve acesso ao debate indianista. O autor tratou também em muitos textos de uma análise que combinasse marxismo e indianismo (GONÇALVES, 2015).

Para entender a produção de Linera nesse contexto tomemos por base os textos *O Manifesto Comunista e o Nossa Tempo*, publicado pela primeira vez em 1999; e *Estrutura dos Movimentos Sociais*, publicado pela primeira vez em 2001. Ambos os textos se encontram na coletânea *A Potência Plebeia* (2010). Neles o autor versa sobre a fragmentação material do trabalho no tempo contemporâneo e os impactos que se pôde perceber na organização da classe trabalhadora.

Na Bolívia, a forte desindustrialização da economia acompanhou o crescimento do segmento cocalero. García-Linera (2010) chama a atenção para o impacto do fim do contrato fixo de trabalho, que provocou um nomadismo trabalhista e contribuiu para diluir as identidades coletivas de classe. Segundo ele, viu-se um nomadismo que inclui as mais diversas ocupações do mercado informal, o comércio, o trabalho agrícola e até mesmo o contrabando.

O autor menciona, também, o aspecto da internacionalização do capital, notando que 35% do PIB da Bolívia passou às mãos de empresas transnacionais, o que enfraqueceu o Estado boliviano. “O Estado produtor cedeu lugar ao capital estrangeiro como locomotiva econômica” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.224). Esse fato é acentuado pelo declínio do sindicalismo, que acompanhou a política de desindustrialização. García-Linera fala em desaparecimento da tradicional Central Obrera Boliviana (COB), uma vez que seu vigor histórico tinha por base as grandes concentrações operárias que deixaram de existir (GARCÍA-LINERA, 2010).

Essa crescente divisão social do trabalho teria transformado as relações sociais de produção em escala internacional. O autor nota que o operário moderno deve ser procurado não apenas nas grandes fábricas, mas nas microempresas, nas empresas subcontratistas, na mineração, na produção de serviços, e até mesmo nos domicílios, já que para ele, assim como no próprio Marx, o que define a condição proletária não é o ramo da produção, mas a característica de produzir valor.

O período do neoliberalismo na América Latina acompanhou a derrocada do socialismo soviético. Portanto, se fortaleciam no mundo inteiro as ideias que questionavam a intervenção do Estado na economia, que defendiam a desregulamentação das relações de trabalho e afirmavam o mercado como o próprio regulador das relações sociais. Porém, estas políticas foram implementadas mediante grande resistência popular no subcontinente, a partir da luta de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos de esquerda, mas também de intelectuais que foram fundamentais na elaboração da crítica e de projetos políticos e econômicos alternativos. Segundo o economista Márcio Pochmann:

Por sofrer influências diversas, como do processo de globalização produtiva e financeira, da redefinição do papel do Estado na economia e do novo ciclo de inovações tecnológicas, o nível e a qualidade do emprego relacionam-se ainda mais à atividade econômica. Por isso, a instabilidade crescente no mundo do trabalho, com a precarização das condições e relações de emprego e a permanência de elevadas taxas de desemprego, não deve ser desassociada do movimento geral do capitalismo

contemporâneo neste começo de século, desprovido de uma coordenação mais favorável à produção e ao emprego. Isso afeta, direta e indiretamente, sobretudo o conjunto dos países periféricos, como o Brasil, que passou a registrar, na década de 1990, a sua mais grave crise de emprego desde a Revolução de 1930 (POCHMANN, 2008, p.10-11).

Por outro lado, García-Linera trata de formas de trabalho que conviveram ao longo do tempo com o assalariamento, mas que dizem respeito a outros modos de produção. Chama de formas de trabalho pré-capitalistas ou não-capitalistas. Trata-se de uma perspectiva na qual a formação da classe trabalhadora é histórica e, nunca definitiva. Nela, o autor busca entender o capitalismo de forma global, mas também particularmente como se apropria das formas produtivas indígenas na Bolívia, bem como de suas culturas:

A qualidade do colonialismo em geral, e do ‘colonialismo interno’ em particular, seria dada inicialmente pela sujeição formal das relações sociais das estruturas comunais ao capital e, por tal motivo, simultaneamente, pela constituição de membros da entidade comunal de classe em relação às classes sociais que configuraram a realidade capitalista externa que os engloba. Os problemas para a formação da identidade de classe, que nesse espaço é uma identidade intercomunal ou supracomunal, são similares às demais classes subalternas até superar a fragmentação social que, aqui, não só é promovida pelo domínio externo do capital, mas fomentada pela própria identidade comunal local, assentada nas relações de parentesco (consanguíneas e ritualísticas) (GARCÍA-LINERA, 2010, p.60-61).

É preciso contextualizar esse trecho em alguns aspectos e camadas. O primeiro é o uso da palavra ‘colonialismo’, que se refere não a relações sociais do passado colonial, mas sim do momento em que o texto foi escrito, ou seja, o período neoliberal. O que o autor está explicando é que as relações comunais indígenas, e de diferentes etnias, são anteriores ao modo de produção capitalista na Bolívia. Ainda que ele não faça um panorama histórico do surgimento do capitalismo no país, o que quer notar é que progressivamente essas comunidades indígenas se viram na necessidade de se relacionar por meio das trocas comerciais capitalistas e, nesse sentido, se submeter às demandas da acumulação de capital. O termo “colonialismo interno” não foi cunhado por ele, mas sim por Juan Pablo Casanova, mas foi largamente utilizado pelos intelectuais do grupo Comuna – principalmente por ele e Luís Tapia Mealla -, e sugere a ideia de uma colonização não por uma potência estrangeira, como é a noção usual, mas por uma ordem política de inspiração colonial, já que raça e classe se misturam numa estrutura de dominação política.

O autor está debatendo com aqueles que não vislumbram a formação de uma identidade de classe entre os indígenas. Trata-se de um debate histórico no país, bem como uma rivalidade entre “operários” e “camponeses”. Ao longo desse texto, qual seja, *O Manifesto Comunista e o Nosso Tempo* (2010), primeiro capítulo de *A Revolução Plebeia* (2010), García-Linera está travando um debate sobre que interpretação do mundo o marxismo deve apresentar com as vertentes mais tradicionais ligadas à experiência soviética. Enquanto comumente as organizações comunistas, na interpretação do autor, consideraram as formas indígenas de organização política e da produção

como arcaicas e pertencentes a modos de produção anteriores, Linera se filia a uma outra vertente marxista, que tem seu berço no peruano José Carlos Mariátegui e seu marxismo indo-americano, mas que passa também pelo katarismo dos anos 1970 e 1980. Tal vertente vê nos indígenas não uma representação do passado, mas sim uma possibilidade de futuro, na qual a universalização de suas comunas poderia ser o caminho revolucionário. Nas palavras de Linera, unir duas correntes revolucionárias: indianismo e marxismo (GARCÍA-LINERA, 2010).

A persistência de estruturas comunais, de formas de organização e de trabalho não capitalistas ou pré-capitalistas não anula essa força mundial obreirizante; mostram-na precisamente como uma tendência que parecia remontar outras forças que apontam em sentidos históricos distintos, não como uma lei irrefutável e acima da história. Desse ponto de vista, o congelamento e a refuncionalização parcial de capacidades laborais não mercantis pelo capital mostra todos os modos particulares, nesse caso ambíguos, da realização e das fronteiras dessa tendência. Mas, além disso, o Manifesto não só trata da crescente ampliação do ‘campo’ obreirizado da população mundial: fala de um campo fragmentado, contraditório, atravessado por uma infinidade de muralhas que dividem brutalmente a unidade do campo de classe e fazem que ele apareça como um campo desagregado (GARCÍA-LINERA, 2010, p.77-78).

Já a mencionada discussão sobre as comunidades indígenas na Bolívia tem inspiração nos debates de Marx e Engels sobre a Rússia do século XIX, que acabava de abolir a servidão. A organização produtiva e política desses ex-servos em formas coletivas e de inspiração socialista colocaram desafios à concepção de modo de produção do materialismo histórico à época e, também, à própria noção de História. Os debates dos fundadores do marxismo com socialistas russos foi objeto e agenda de pesquisa de Linera, com o objetivo de entender o que ele chama de subsunção das formas comunitárias ao capital, como ele próprio confirmou a mim:

Pelo lado da reflexão marxista, essa é a outra vertente; a vertente de todo o que víhamos refletindo nesta obsessão de como explicar o indígena e o comunitário presente em Marx. Nos cadernos Zasulich, nos cadernos etnológicos, nos cadernos Kovalevsky, que eu consegui muito cedo no México... os consigo no ano 82, 83, 84. Então havia da minha parte um marxismo comunitarizado, digamos assim, porque encontrava aí respostas, caminhos para explicar o que não pode explicar a esquerda antes, na Bolívia: o aymara, a força histórica do aymara.

Então dentro dos marxistas, este encontro com os textos sobre as comunidades agraárias de Marx em Kovalevsky, nas cartas a Zasulich, nos cadernos etnológicos, reforça que aqui no comunitário há algo muito poderoso dentro de um marxismo renovado, e nos sentimos como os que têm que fazer a batalha, como espadachins, contra os deformadores de um marxismo que abandonou esta temática do comunitário, que é uma peça chave da transformação mundial, mas em particular de sociedades como a boliviana, a latinoamericana. Enfim, onde a presença do agrário, do indígena e das relações de dominação colonial são muito fortes, historicamente e atualmente (GARCÍA-LINERA, 2021, s/p).

Essa agenda de pesquisa estabelecida pelo autor busca explicar, por um viés marxista, a realidade indígena da Bolívia - já que o repertório de lutas desse setor da sociedade marcou a agenda pública da segunda metade do século XX no país. Aqui Linera se coloca entre o indianismo herdeiro

de Fausto Reinaga (2010), que nega a existência da luta de classes no território boliviano e o marxismo operário, como ele próprio denomina, que acredita que as comunidades indígenas representam o atraso na sociedade boliviana, propondo o “encontro entre duas razões revolucionárias” (GARCÍA-LINERA, 2010).

Como já mencionado, as ideias produzidas pela esquerda no âmbito da economia convergiram para os problemas relativos à desestruturação do Estado Nacional no que se refere à defesa do mercado interno e do poder de compra do trabalhador e à defesa do emprego. Seriam problemas relativos ao processo de globalização, de maneira que a internacionalização do capital se dá mediante a imposição de uma agenda econômica aos países da periferia, o que envolve a desindustrialização de suas economias, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação das leis trabalhistas. No caso boliviano, como já mencionado, isso se traduziu em mudanças nos regimes de contrato de trabalho, internacionalização do capital e migração da força de trabalho para o campo, especificamente para as plantações de coca (GARCÍA-LINERA, 2010).

A respeito das diferenças entre eles, nota-se no debate realizado por Álvaro García-Linera a inclusão de um problema estrutural da ordem política boliviana, que independe da etapa histórica do capitalismo, qual seja, a racialização da vida pública mediante a exclusão cultural, linguística e de propriedade de povos entendidos como originários e ancestrais do território boliviano. Isto implica, no âmbito da discussão nacional, algo além da recuperação do Estado Nacional enquanto utopia política.

Na Bolívia, o debate programático é intenso e divide as organizações sociais e seus respectivos intelectuais. Além disso, a revisão histórica do programa soviético se dá de outra forma. Em *Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias* (2010), García-Linera está propondo justamente uma perspectiva crítica ao capitalismo, sem com isso aderir às teses que relacionam os indígenas ao atraso:

Para esse marxismo não havia nem índios nem comunidade, o que fez com que uma das mais ricas vertentes do pensamento marxista clássico fosse bloqueada e rechaçada como ferramenta crítica de interpretação da realidade boliviana; além do mais, tal posição obrigou o emergente indianismo político a se afirmar em combate ideológico, tanto contra as correntes nacionalistas como contra as marxistas, que rejeitavam e negavam a temática comunitária agrária e étnico-nacional como forças produtivas políticas capazes de servir de poderes regenerativos da estrutura social, precisamente como fez o indianismo (GARCÍA-LINERA, 2010, p.320).

Segundo o autor, o marxismo na Bolívia havia criado uma cultura política na qual a identidade operária-fabril tinha primazia sobre a identidade indígena. Este marxismo, crente no papel progressista do desenvolvimento tecnológico da indústria, do “papel central do Estado na propriedade”, e da uniformização cultural segundo valores nacionais nesses moldes, hierarquizou os setores camponeses como inferiores (GARCÍA-LINERA, 2010, p.318-319).

O autor coloca o marxismo de então como uma ideologia da modernização nacional, no que estaria próximo, portanto, ao nacionalismo revolucionário do MNR³. Reivindica a elaboração teórica de René Zavaleta Mercado como um primeiro passo na formação de um “novo marxismo crítico”, mas continuado por ele e pelos membros do Comuna, no qual se pode articular “os processos de produção de conhecimento local como universais” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.320).

García-Linera (2021) disse a mim, em entrevista para minha pesquisa no doutorado, feita de forma online, que na greve camponesa de 1979 - definida por Zavaleta Mercado (2009) como “as massas de novembro”-, ele era apenas um estudante, recém iniciado em grupos de estudos marxistas, quando presenciou a convocação de um “bloqueio de caminhos”⁴ executado pela Federação Camponesa de La Paz, a despeito da COB ser contrária a tal manifestação.

O entrevistado destacou que o que mais lhe chamou a atenção, enquanto jovem, naquele processo, foi o medo que as pessoas da cidade tinham dos indígenas. Revelou que isso foi um “divisor de águas” na sua visão política e condicionou a agenda de pesquisa que começaria a se desenvolver no México, quando foi estudar matemática em nível superior:

E houve um bloqueio de caminhos muito forte. E na cidade onde eu estava, em La Paz, se despertou algo que não havia visto antes: o medo... o medo dos índios. Havia bloqueado a entrada da gente que havia ido rezar no lago, à Virgem de Copacabana. E não podiam regressar à La Paz, haviam ficado na metade do caminho. E então, se comentava na imprensa os rumores das ruas: “os índios vão matar as pessoas que foram rezar à Virgem!” E nas ruas os amigos do colégio comentavam que não se podia deixar as empregadas com as facas porque pode ser que à noite lhe degolassem!

(...)

Todo esse tipo de medo que para mim foi como encontrar um mundo escondido. Primeiro de uma identidade camponesa que se movia à margem da COB, que não seguia a vanguarda da COB. E segundo o medo, o medo urbano dos campões, como uma espécie de temor que eles cobrem contas. Que contas vão cobrar? Por quê tinham tanto medo disso? Por que as pessoas da cidade, a gente urbana, não popular, mas de classe média, tinha esse temor? Que tipo de dívida tinham eles frente aos indígenas para ter tanto medo? E para mim, de 16 anos, foi uma coisa espetacular! Um momento igualmente revelador do que se passava na Bolívia! (GARCÍA-LINERA, 2021, s/p) (Tradução livre).

Portanto, o que se pode dizer do grupo Comuna é que se tratou de uma geração que, enquanto estudantes, viram o protagonismo indígena e camponês na luta pelo fim do regime militar. Viram em Zavaleta o embrião de uma explicação marxista para essa realidade boliviana, onde chama a atenção o posicionamento indígena enquanto nação, e a recusa do Estado-Nação boliviano enquanto representação política. Foram testemunhas oculares desse processo, e no período neoliberal consideraram esse elemento estrutural da ordem política no país: a tensão entre raça e classe como eixos organizadores da dominação na Bolívia.

³ Partido dirigente da Revolução de 1952, uma revolução nacionalista.

⁴ Tática de manifestação indígena onde estradas são bloqueadas, como em um sítio.

Assim, se debruçaram sobre o problema do Estado-Nação como força homogeneizadora da cultura e da ancestralidade e como empecilho ao reconhecimento étnico, mas também se debruçaram sobre os efeitos da fase neoliberal da acumulação na esfera do trabalho e da organização da sociedade civil.

A respeito do problema do Estado-Nação, o autor considera que, em toda a América Latina, a fundação das repúblicas se deu por valores eurocêntricos. As formas de organização da vida social teriam se dado por valores estrangeiros, enquanto aqui, nas culturas nativas se poderia ter encontrado inspiração para a então nova ordem política. Isso teria acontecido devido à liderança das elites *criollas* nos processos de independência, nos quais, a ideia de raça moldou as identidades nacionais, de forma que se deu⁵:

(...) a racialização das diferenças sociais por meio da invenção estatal do 'índio' não somente como categoria tributária, mas também, e sobretudo, como o 'outro negativo', ordenador dos esquemas simbólicos com os quais as pessoas davam sentido ao mundo, incluindo os próprios índios (GARCÍA-LINERA, 2010, p.167).

É tendo em vista essa análise da dominação política na Bolívia, que Linera desenvolve sua crítica à ideia de vanguarda operária. O que o autor recusa aqui não é a formulação de Marx na qual o proletariado deve liderar a revolução socialista, mas sim, como já vimos, a perspectiva que confunde o proletário com o operário-fabril, associando-o ao ramo da produção. Em Linera, o operário é o produtor de valor na sociedade capitalista, assim como ele buscará nos escritos de Marx também o papel das comunidades na produção de valor:

É nesse contexto que se deve entender também aquela afirmação do Manifesto segundo a qual 'de todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. Marx e Engels não estão afirmindo que só o proletariado que enfrenta a burguesia nem que o proletariado é por exceléncia revolucionário. No primeiro caso, o próprio Manifesto fala da possível ação revolucionária de uma parte do que ele chama 'estamentos médios' e, nos anos posteriores, em seu encontro com as formações sociais da Rússia, Ásia e América, estudará o potencial revolucionário e comunista de estruturas comunais coetâneas ao regime capitalista. No segundo, a definição de operário como capital variável, como mercadoria, anula toda possibilidade de deificar o proletariado como o ser revolucionário por antonomásia.

(...)

Dado que, em princípio, aquilo que define o operário é seu ser mercadoria para o capital, a posição revolucionária não pode vir por sua definição estrutural, que precisamente a descarta; pelo contrário, o ser revolucionário é o processo de negação desse ser imposto pelo capital, a negação coletiva desse ser-operário (GARCÍA-LINERA, 2010, p.88-89).

⁵ Ainda que haja um vasto debate sobre os processos de independência na América e outras interpretações sejam possíveis, o autor é enfático a este respeito, afirmado que os pressupostos e valores presentes nas organizações políticas republicanas daquele contexto não consideraram as expressões sociais dos povos originários. Por exemplo, no Peru e na Bolívia, o ayllu, comunidade indígena originária foi ignorado enquanto expressão política legítima em todas as constituições até a instauração do Estado Plurinacional em 2009 (SCHAELZON, 2010).

Desse trecho se depreende também que o operário não é revolucionário em essência, mas em luta. A luta do proletariado é, em si, a negação de seu ser-mercadoria. Da mesma forma nota que o papel emancipatório das associações não é dado, mas está ligado à sua prática política, de forma que o partido revolucionário deveria se ocupar de destacar a “autonomia operária em relação ao capital” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.86).

A isso se segue outro tema fundamental para os intelectuais do grupo Comuna: pensar criticamente o processo em que os trabalhadores se põem em luta política. Como classificar as formas organizativas surgidas nos processos de contestação à ordem? O quanto estão próximas à política realizada na esfera do Estado? O quanto põem em xeque a ordem político-econômica e suas esferas representativas? Esse é um assunto onde se pode encontrar larga contribuição desses teóricos.

Em Linera também se observa a crítica à “esquerda estatalista”. O sociólogo acredita que há no marxismo uma forte crença no Estado, já que seria o Estado socialista o responsável por “dar” direitos aos pobres e aos trabalhadores. Em entrevista a mim, Linera é enfático ao dizer que o que se fazia no EGTK era uma contraposição a esse marxismo, e uma defesa do marxismo comunitário:

(...) tínhamos que diferenciar o socialismo de sua vertente estatalista, de capitalismo de Estado, que era muito comum nas esquerdas latino-americanas e mundiais, o socialismo como estatização dos meios de produção. E aí era a briga contra todos eles, contra trotskistas, contra comunistas, contra os que her davam a guerrilha do Che, contra todos. E nos encontrávamos na conjugação de: marxismo comunitário, uma reivindicação da trajetória das lutas sociais, dos operários, do mundo inteiro, da Comuna de Paris até agora, mas o comunitário, que em sentido stricto é quase uma tautologia, mas sim uma “toma em conta” da história da palavra “socialismo” associada ao capitalismo de Estado. Então permite, o socialismo comunitário, jogar fora a água suja, mas ficar com a criança da bacia, não? E não como fizeram muitos marxistas, deixar o menino com a água suja. Então esta categoria de “comunitário” te permite preservar o núcleo fundamental da luta pelo socialismo, pelo poder do operário, mas o comunitário te dá um salto para distanciar-te desta leitura estatalista do socialismo, de partido único (GARCÍA-LINERA, 2021,s/p) (Tradução livre).

Portanto, em sua interpretação, a crítica anti-capitalista deve ir além da propriedade privada e alcançar o Estado. Essa é sua crítica à URSS, que teria abolido a propriedade privada mas não a exploração do trabalho, já que o “Estado proprietário” apenas substituiu o capitalista (GARCÍA-LINERA, 2010). Além disso, nota que na Bolívia a coesão esperada do Estado-Nação enquanto esfera representativa só se realizou mediante a exclusão étnica dos indígenas (GARCÍA-LINERA, 2010).

3. A SEGUNDA FASE: A VICE-PRESIDÊNCIA

Desde minha pesquisa a nível de mestrado, chamou-me a atenção o destaque que a vice-presidência da Bolívia e, em especial, Álvaro García Linera, tinha na repercussão das políticas do governo, em âmbito nacional e internacional. É frequentemente listado como um dos principais intelectuais latino-americanos do tempo presente e isso tem relação com o papel desempenhado por

ele no exercício do cargo, transformando a vice-presidência em um espaço de reflexão sobre o chamado *proceso de cambio* iniciado com sua eleição e a do presidente Evo Morales. Durante esse período, a vice-presidência dispunha de uma biblioteca, publicava obras de intelectuais relacionados ao indianismo e ao katarismo – incluindo toda a bibliografia de Fausto Reinaga -, e dispunha de um periódico acadêmico com publicações regulares de estudantes e intelectuais do país e de fora. Quando o entrevistei em 2021 o questionei sobre isso, ao que me respondeu defendendo a importância da reflexão teórica na prática política:

Olha, desde o que acabo de contar de minha adolescência até hoje e, seguramente até que eu morra, não consigo dissociar a reflexão da ação. Vivi assim. Entendo assim. A reflexão sempre foi um mecanismo para guiar a ação, usando uma frase antiga de Lenin: “para entender onde estou e que posso fazer” na perspectiva da revolução, da luta social, da transformação da economia, do Estado, da sociedade (...) (GARCÍA-LINERA, 2021) (Tradução livre).

Curiosamente, refletindo sobre seu fazer político, Linera apresenta de imediato sua linhagem de pensamento nesse trecho. Citando Lênin, o entrevistado na verdade apresenta uma concepção que vem desde Marx e Engels: a indissociabilidade entre ação e prática política, a chamada *práxis* revolucionária (MARX; ENGELS, 1998).

Dessa forma, também sua concepção de socialismo se conecta com essa linhagem de pensamento. Em *Socialismo Comunitario del Vivir Bien* (2015), uma das publicações da vice-presidência, Linera diz que o socialismo é a “luta nacional e internacional pela ampliação dos bens comuns”, o que o aproxima da discussão do Bem Viver (GARCÍA LINERA, 2015, p.70).

É possível especular sobre as origens do termo. O peruano José Carlos Mariátegui já falava nos anos 1920 sobre “comunismo agrário”, uma polêmica que travou no interior da III Internacional sobre o sujeito da revolução, que no Peru não seria o proletariado, mas sim o indígena. Da III Internacional recebeu o retorno de que a “realidade peruana” não era distinta das demais realidades dos países periféricos do capitalismo, e que do ponto de vista étnico, havia uma semelhança do Peru com a URSS, na qual uma nacionalidade hegemônica convivia com outras nacionalidades (GALINDO, 1980).

Em solo boliviano, essa mesma polêmica se deu. Fausto Reinaga, nos anos 1950, tomou emprestado de Mariátegui a tese do índio como sujeito revolucionário, enquanto Ovando Sanz dizia, nos anos 1920 e 1930, que na Bolívia havia diversas nacionalidades não reconhecidas pelo Estado. O katarismo dos anos 1970 fez o que poderíamos chamar de uma junção entre essas duas teses, atribuindo ao indígena-camponês o papel protagonista na luta contra os regimes militares e dizendo que na Bolívia havia uma diversidade de nações originárias e que, portanto, seria uma sociedade plurinacional (GAMA DA SILVA, 2016).

Como vimos anteriormente, Linera teve sua trajetória política iniciada na guerrilha katarista do EGTK, comandado por Felipe Quispe. Foi nesse contexto que primeiro se pôde observar a

expressão socialismo comunitário. Imaginando que o katarismo pôde produzir uma síntese desse debate originado no seio da III Internacional, indaguei a Linera, nesses termos, sobre a origem do conceito, ao que ele me respondeu confirmado a importância do encontro com Quispe:

É interessante esta categoria porque tem ao menos um par de vertentes. A primeira vertente é o encontro deste grupo de marxistas, jovens, mas com experiência na Bolívia prévia, ou a experiência no México com a guerrilha salvadorenha, a guerrilha guatemalteca, os debates meio acadêmicos sobre autonomia indígena, que no México eram muito mais avançados que na Bolívia. Quer dizer, marxistas abertos a uma reflexão muito menos dogmática à temática indígena-campesina, com a corrente do indianismo e do katarismo que representa Felipe Quispe e outros companheiros que chegam com ele. Felipe, o Mallku... (havia o verdadeiro Mallku, Felipe se coloca o nome de Mallku quando cai preso, mas havia outro Mallku, Mallku de verdade), Felipe, Aidita, é de um grupo de companheiros que vem com o indianismo, com sua leitura do comunitário, e nós com o socialismo, com o comunismo. E então é como uma fusão, nós reconhecemos a força do comunitário no aymara, incluindo o meramente camponês, mas vinculado ao horizonte socialista, comunista e eles, com sua característica de aymaras, de comunitários, e aceitando a força do operário e do marxismo para a luta pelo poder. E dessa fusão sai o conceito de “socialismo comunitário”, que é, se você define, como uma espécie de transação, de acordo entre estas duas correntes, pequenitas, éramos dez pessoas por um lado, outras dez por outro lado, mas com muito ímpeto. (GARCÍA-LINERA, 2021) (Tradução livre).

Pode-se notar desse trecho como o entrevistado está sempre preocupado com o encontro entre as duas correntes, aqui chamadas de fusão. O socialismo comunitário seria assim fruto de tal fusão e esse, um primeiro momento do “encontro entre duas razões revolucionárias”. Linera acredita estar fazendo com isso, uma separação entre socialismo e capitalismo de Estado, uma vez que enfatiza o termo comunitário. O “socialismo comunitário”, para ele, pode conectar a experiência histórica socialista com berço na Comuna de Paris com a luta indígena na Bolívia, distanciando-se da vertente comunista “estatalista”, como chama.

Que significaria o socialismo comunitário? Pois, a transformação da sociedade capitalista a partir da irradiação molecular, corpuscular de formas de ação, associação, produção comum, comunitária das coisas. Pautar a superação do capitalismo a partir da irradiação do comunitário. Não meramente como um feito político - ainda que sim, isso se chama democratização de decisões -, não somente como um feito de associatividade entre as pessoas, uma maneira de criar novos vínculos, distintos aos do mercado, mas também uma maneira distinta de produzir a riqueza.

E claro, não é o regresso às formas antigas do comunitário, mas em condições superiores, como explica Marx na carta a Vera Zasulich, não? Um regresso ao comum, mas superior. Mas como fazer para construir o comum e o comunitário, quando a produção é, em geral, universal? Esse é o grande objetivo, este é o horizonte. Mas lhe permite ligar com o comunitário da Comuna de Paris, lhe permite ligar com o comunitário das formas da comunidade agrária tradicional ainda vigentes. Então abre como uma veia das lutas sociais de certa maneira esquecida, depreciada, marginalizada ainda que muito fortemente viva na reflexão das lutas sociais e na reflexão marxista. Assim mais ou menos poderíamos definir (GARCÍA-LINERA, 2021) (Tradução livre).

Portanto, o “comunitário” de Linera vem das comunas russas do século XIX, objeto de estudo de Marx e Engels em seus estudos sobre a Rússia e a forma como se apresentava a questão camponesa naquele país. Esses estudos foram fundamentais para entender a comunidade rural como forma produtiva nos escritos marxistas, porque rompem com uma tendência teleológica de escritos anteriores (GAMA DA SILVA; VIEIRA, 2020).

Essa concepção é fundamental para sua defesa do que deve ser o Estado Plurinacional, a forma como deve se dar a coexistência entre poder comunitário e poder Estatal, e o próprio significado do Estado nesse contexto também. É precisamente aí onde se concentram as críticas a ele. Se na ênfase dos críticos, a autonomia das comunidades originárias se destaca na concepção do que deve ser o Estado Plurinacional, em Linera o tema da soberania nacional e do anti-imperialismo tem mais centralidade.

García Linera dizia: 'o Estado não pode criar o comunitário, isto é tarefa das próprias comunidades. Mas sim pode criar condições para que se passem da propriedade em comum à produção em comum'. E dizia que era da comunidade de onde nascia o paradigma 'Vivir Bien', com mecanismos de desenvolvimento que não estavam baseados na rentabilidade. Mas que, sem dúvida, 'o Vivir Bien não se sustenta sobre a miséria', criando argumentativamente a necessidade do Estado e das políticas estatais em direção à comunidade. Para García Linera era necessário saúde, educação, estradas, eletricidade, sem destruir o entorno (SCHAELZON, 2015, p.239) (Tradução livre).

Como se pode notar, as ideias desenvolvimentistas também tiveram forte influência na condução dos governos do MAS. Em Linera, o desenvolvimento também aparece como uma solução econômica para a miséria e para a falta de soberania presente nos tempos neoliberais. Em entrevista dada ao site Outras Palavras, publicada em 13 de abril de 2012, esse aspecto da soberania nacional fica mais claro quando aborda a relação da Bolívia com os EUA:

O governo estadunidense nunca aceitou que as nações latino-americanas pudessem definir seu destino, porque sempre considerou que formamos parte da área de influência política para sua segurança territorial, e que somos seu centro de acúmulo de riquezas naturais e sociais. Qualquer dissidência a este enfoque colonial coloca a nação insurgente na mira de ataque. A soberania dos povos é o inimigo número um da política externa estadunidense (GARCÍA-LINERA apud NAVARRO, 2012, s/p).

Na mesma entrevista, o então vice-presidente qualificava o *proceso de cambio* boliviano como pós-neoliberal e de “transição pós-capitalista”. Para sustentá-lo, Linera argumenta sobre a estatização da exploração dos recursos naturais, enquanto bosques, a terra e os latifúndios teriam passado às comunidades. Mesmo no que se trata da estatização dos recursos naturais, o entrevistado enfatiza que se trata de um Estado “dirigido pelo movimento indígena”, o que é questionado por muitos.

A descolonização é um processo de desconstrução das estruturas institucionais, sociais, culturais e simbólicas que submetem a ação cotidiana dos povos aos interesses, hierarquias e narrativas impostas pelos poderes territoriais externos.

(...)

As formas organizativas comunais, agrárias e sindicais do movimento indígena contemporâneo- com deliberação assembleística, rotação tradicional dos cargos, em alguns casos, e controle comum dos meios de produção- são hoje centros de decisão política e de boa parte da economia boliviana (GARCÍA-LINERA apud NAVARRO, 2012, s/p)."

Esses são argumentos apresentados de forma a garantir que o que se dá na Bolívia não é um capitalismo de Estado, já que ele fez críticas contundentes às experiências socialistas antes de se tornar vice-presidente. Nota que com essas medidas foram possíveis dar retorno à população com a riqueza gerada pelos recursos naturais, através de programas de distribuição de renda (GARCÍA-LINERA apud NAVARRO, 2012, s/p).

É nesse sentido que Linera concebe o *proceso de cambio* e a própria tarefa do socialismo. Diz ele que o Estado deve se incumbir de dar garantias básicas de condição de vida à população, garantir a soberania nacional, mas ele próprio sozinho não pode revolucionar as relações sociais de produção com vias à descolonização; essa é uma tarefa realizável apenas a partir da organização comunitária e da luta popular, que ele entende que tem ondas de ascensão e refluxo. O Estado, no contexto revolucionário, teria o papel de cristalizar direitos conquistados: "Mas está claro que um nó de condensação do fluxo político da sociedade passa pelo Estado, e que não se pode deixar de materializar e objetivar uma correlação de forças sociais e políticas ao redor dele." (GARCÍA-LINERA, 2010, p.25).

Assim passamos a uma análise da definição de Estado nesse pensador. Esse é um trecho da edição de 2010 da revista Margem Esquerda. No trecho destacado, a ideia do Estado como correlação de forças é uma influência de Nicos Poulantzas. Nesse artigo, o autor articula tal influência com uma discussão ainda sobre Lênin e Gramsci.

Evidentemente uma parte do Estado é o governo, ainda que não seja tudo. Parte do Estado é também o Parlamento, o regime legislativo cada vez mais depreciado em nossa sociedade. São as Forças Armadas, os tribunais, as prisões, o sistema de ensino e a formação cultural oficial, os orçamentos, a gestão, o uso dos recursos públicos. Estado é não apenas a legislação, mas também o acatamento da legislação. É a narrativa da história, silêncios e esquecimentos, símbolos, disciplinas, sentidos de pertencimento e de adesão. Constitui-se também de ações de obediência cotidiana, sanções, disciplinas e expectativas (GARCÍA-LINERA, 2010, p.25).

Quando fala em governo, parlamento, aparato repressivo, as leis, Linera busca dar conta daquilo que Marx descrevia como superestrutura jurídico-política. Ao dar atenção ao sistema de ensino e à formação cultural de uma maneira mais genérica, podemos ver a influência de Gramsci e sua ampliação do conceito de Estado no debate marxista, que compreende a "sociedade política" e a

“sociedade civil”. Quando fala nos silêncios, na disciplina, no sentimento de pertencimento está evidenciando também a influência de Bourdieu no seu pensamento.

O Estado em sentido estrito vem a ser, pois, as instituições. Não há Estado sem instituições. Era o que Lenin denominava 'a máquina do Estado'. (...) O Estado tem uma dimensão material muito bem descrita por Lenin, como o regime de instituições. Contudo, por trás dessa materialidade e idealidade, ele é também relações e hierarquias entre pessoas sobre uso, função e disposição desses bens, hierarquias no uso, mando, condução e usufruto dessas crenças – crenças essas que não surgem do nada, são fruto de correlações de força, lutas e confrontamentos, guerras, sublevações, revoluções, movimentos, exigências e petições (GARCÍA-LINERA, 2010, p. 26).

Reconhecendo, portanto, a importância da concepção leninista e da percepção de que o Estado tem um caráter de classe, Linera nota que é preciso ir além, notando que o Estado é também relação social, reproduzindo assim as tensões presentes na esfera produtiva. Também é correlação de forças, portanto, e relação de dominação. Assim, o Estado é composto por: “estrutura material e institucional(...) estrutura ideal, de concepções e percepções (...) correlação de forças. Mas é também um monopólio da força, da legislação, da tributação e do uso dos recursos públicos” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.26).

Para entender o que se passou na crise do neoliberalismo na Bolívia, o então vice-presidente utilizou ainda o conceito de “crise estatal geral” de Lênin e o “empate catastrófico” de Gramsci. Para ele, a crise estatal geral se dá quando surge um bloco social dissidente, e o protesto adquire legitimidade social. Além disso, surge uma alternativa de poder não cooptável. Já o empate catastrófico se daria quando há uma irresolução entre o poder estabelecido e o emergente (GARCÍA-LINERA, 2010).

O autor, portanto, nota que entre 2003 e 2005 na Bolívia houve um impasse entre o Parlamento eleito pelo povo anos antes e as assembleias de bairros, agrárias e comunitárias “que tomavam decisões com efeito político, sobrepondo-se às vezes às decisões do Parlamento” (GARCÍA-LINERA, 2010, p.29). Nesse sentido, o autor defende que com a eleição de Evo Morales houve uma substituição das elites políticas no país, com o Estado passando a ser ocupado pelos movimentos sociais. Isso é o que dá embasamento à sua concepção do *proceso de cambio* como um processo de transição pós-capitalista.

O que chamo à atenção aqui é que o autor apresenta, em parte, uma concepção bastante leninista do Estado, no que se refere à dinâmica de dominação a ele associado, mas também na dinâmica de crise do Estado capitalista. Além disso, situa o Estado Plurinacional da Bolívia em termos bastante semelhantes ao que Lênin definia como Estado socialista, sobretudo em *O Estado e a Revolução* - um Estado que definhará naturalmente diante do fortalecimento do poder comunitário (LÊNIN, 2010).

Independentemente da avaliação se essa teorização condiz com a prática política boliviana, essa dimensão perde espaço para outra. O que chamam atenção os críticos, é que com o passar do

tempo, a ênfase no Estado como único *locus* do fazer político vai ganhando mais notoriedade frente a essa concepção leninista.

Segundo Ruiz e Erasso (2019), para entender a proposta política de Álvaro García Linera, é fundamental compreender seu objeto de estudo: a relação do Estado com os outros âmbitos do social. Dizem ainda, que depois de sua chegada à vice-presidência, o intelectual se dedicou a um esforço de teoria política, para entender uma série de contradições no que tangem à construção do que seria um Estado revolucionário. Os autores notam que ele o faz observando a realidade na sua forma contraditória, debatendo a dinâmica de contrários: “Estado e movimentos sociais; democratização e centralização das decisões; interesses gerais e interesses particulares” (RUIZ; ERASSO, 2019, p.202). Já sobre o tema da influência de Lênin e Gramsci, acrescentam:

(...) a influência de Gramsci, em particular, através da construção de hegemonia e de formas de disputa do sentido comum a partir do Estado, apelando a lideranças simbólicas com repertórios culturais que subvertam a tradição; por outro lado, a respeito de Vladimir Lenin, a reflexão de como pensar um tempo transicional do Estado onde não basta apelar à construção de hegemonia, mas também a formas de intervenção mais explícitas contra as elites tradicionais em exercício no poder (RUIZ; ERASSO, 2019, p.205) (Tradução livre).

Por outro lado, os autores criticam que não fica claro na obra do autor uma separação do que é o comunitário e o Estado, ou os seus lugares na política. Dizem que, com isso, o leitor fica aberto à interpretação de que o Estado é o portador do comum, ficando à luta pelo comum relegada ao Estado. De fato, à medida que Linera entende o comunitário, os movimentos sociais, todas as formas associativas, como parte integrante desse Estado Ampliado, ou Estado Integral, como chama, parece que o Estado se torna então o espaço de resolução dos conflitos e não a comunidade.

Todavia, como vimos, o debate do autor parte de uma premissa dialética. Ou seja, Estado e comunidade se relacionam de forma contraditória, produzindo sínteses. Assim, se as comunidades integram o Estado, elas próprias dariam o seu significado, seu caráter. Esse é o sentido dado por ele ao Estado, como cumprindo um papel histórico, que, com o fortalecimento das comunidades, deixaria de fazer sentido. No entanto, os autores insistem:

A ambiguidade, em síntese, se traduz, em que pesce a legitimidade da preocupação de García Linera de responder à dispersão das lutas bolivianas através de um projeto de construção de hegemonia e de articulação política, os críticos do oficialismo têm assinalado que o feito principalmente centrado no nacional-popular denota ainda a reprodução de paradigmas coloniais e de políticas identitárias que possam resultar violentas com a singularidade das comunidades que habitam o território boliviano (RUIZ; ERASSO, 2019, p.216).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observadas ambas as fases, deve-se notar que há continuidades. De nenhuma forma, a discussão sobre a comunidade ou “o comunitário” desapareceu das reflexões de Linera. No entanto,

se em um primeiro momento as comunidades eram a representação do futuro que se contrapunha ao Estado-Nação e ao regime liberal-representativo, em um segundo momento as comunidades mais parecem compor o Estado Plurinacional, esse sim o *locus* da política. Essa conclusão não é mero detalhe, já que implica em decisões sensíveis quando as expectativas comunitaristas se contrapõem às necessidades da lógica desenvolvimentista⁶.

Desse modo, a produção teórica parece ganhar novos ares: nas duas fases de seu pensamento, a teoria parece seguir o preceito leninista de atender às demandas da prática, no entanto, na primeira, a produção teórica serve também como guia da prática, numa perspectiva dialética; na segunda fase, os discursos e a produção teórica parecem servir para atribuir uma coerência histórica para as ações estatais e de governo, ainda que descontinuidades existam. Esta parece ser uma tendência da esquerda latino-americana, ainda que este artigo não possa dar conta de tanto.

Por outro lado, uma leitura de Linera que exclua sua trajetória e crítica katarista, que pressupõe um marxismo renovado e que enxergue o problema das formações nacionais latino-americanas em seus vieses racistas e excludentes, resgatando uma tradição que vem de Mariátegui, mostra-se totalmente enviesada e seletiva. A obra de Linera é também, em parte, uma grande contribuição a repensar o legado soviético e os dilemas próprios da Bolívia e da América Latina enquanto região, e é nesse sentido uma contribuição singular e decisiva ao marxismo de nosso tempo.

REFERÊNCIAS

- GALINDO, Alfredo Flores. **La Agonía de Mariátegui –La polémica con la Komintern.** Lima: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1980.
- GAMA DA SILVA, Allysson Lemos. **Intelectuais, partidos de esquerda e seus labirintos:** os casos do PT/Brasil e MAS-IPSP/Bolívia (da redemocratização ao pós-neoliberalismo). Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2023.
- GAMA DA SILVA, Allysson Lemos. **Para Além do Estado-Nação? Disputas políticas sobre a ideia de plurinacionalidade na Bolívia.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Seropédica. 141 f. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.
- GAMA DA SILVA, Allysson Lemos; VIEIRA, Flávia Braga. Engels e a Comuna Rural Russa: Apontamentos à Questão Nacional no Marxismo. In: RODRIGUES, Theófilo. (Org.). **Engels 200 anos:** Ensaios de Teoria Social e Política. 1ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020, v. , p. 191-210.
- GARCÍA-LINERA, Álvaro. **A Potência Plebeia.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- GARCÍA-LINERA, Álvaro. Socialismo Comunitario del vivir bien. (Discurso del Vicepresidente Álvaro García Linera en la toma de posesión presidencial), 22 de enero de 2015, Asamblea legislativa Plurinacional). Disponível em: https://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/discurso-22012015_2.pdf; Acesso em: 27 out. 2022.

⁶ Ver o caso da construção da estrada que atravessaria o território indígena de TIPNIS; ou a modesta política de regulamentação das autonomias indígenas aprovadas na constituição de 2009.

- GARCÍA-LINERA, Álvaro. A Construção do Estado. In: JINKINGS, Ivana. **Margem Esquerda: ensaios marxistas.** nº15, pp. 25-33. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- GARCÍA-LINERA, Álvaro. Entrevista concedida a Allysson Lemos Gama da Silva em junho de 2021.
- GONÇALVES, Rodrigo Santaella. **Intelectuais em Movimento:** O grupo Comuna e a construção da hegemonia antineoliberal na Bolívia. São Paulo: Alameda, 2015.
- LENIN, Vladmir Ilich. **O Estado e a Revolução.** Expressão Popular: São Paulo, 2010.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NAVARRO, Luis Hernández. A Bolívia pelos olhos do vice. Publicado no sítio Outras Palavras, em 13 de abril de 2012. Disponível em <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/a-bolivia-pelos-olhos-do-vice/>; Acesso em: 13 out. 2022.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- REINAGA, Fausto. **La Revolución India.** Movimiento Indianista Katarista: La paz, 2010.
- RUIZ, Sérgio e ERASSO, Silvia. Álvaro García Linera y las contradicciones entre Estado y democracia. Estudios Políticos Revista, n. 56, pp.199-220, 2019. DOI:10.17533/udea.espo.n56a09.
- SCHAELZON, Salvador. **Assembleia Constituinte da Bolívia:** Etnografia do Nascimento do Estado Plurinacional. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- SCHAELZON, Salvador. El concepto de Vivir Bien/Buen Vivir. In: **Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir:** Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes. Abya Yala: Quito, 2015.
- TAPIA, Luís. Entrevista não publicada, concedida a Allysson Lemos Gama da Silva, em La Paz, agosto de 2014.
- ZAVAETA MERCADO, René. Las masas en Noviembre. In: **La autodeterminación de las Masas.** Bogotá: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2009. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160314050521/12masas.pdf>; Acesso em: 02 dez. 2025.